

O preço da renegociação da dívida

externa

A missão do presidente do Banco Central, sr. Fernão Bracher, nos Estados Unidos, é bem difícil. Enquanto ele cuida de renegociar a dívida externa do País com o comitê de assessoramento dos bancos credores, o ministro da Fazenda, sr. Dílson Funaro, que assumiu uma atitude de arrogância com o FMI, a fim de granjear apoio entre os membros do Congresso, faz declarações que não se coadunam com os esforços que ele envia em Washington.

Ao comentar a viagem do presidente do Banco Central, havíamos afirmado que, ao contrário do que o ministro Dílson Funaro tentava fazer crer, o Brasil estava mantendo estreitos contatos com o FMI. Não tendo a coragem de encetar negociações com o organismo internacional, o ministro da Fazenda procura encontrar para o problema da dívida uma solução brasileira: o FMI, por intermédio de seu diretor-gerente, está recebendo um documento que expõe as perspectivas que se abrem para a economia brasileira com o pacto acatado pelo Congresso. Não se

quis imprimir cunho oficial a essa correspondência porque ao ministro da Fazenda convém dar a impressão de que está incompatibilizado com o FMI. Por outro lado, ao solicitar o parecer do FMI sobre sua política econômica, o ministro acentua a esperança de que o organismo internacional o convide a elaborar uma "carta de intenção" conforme ao seu programa. Se não lhe for feito, porém, esse convite, poderá ele nutrir ainda a esperança de que o FMI informe os bancos credores de que o Brasil lhe apresentou um programa coerente. É de toda conveniência, naturalmente, que no caso de emitir o FMI um parecer contrário ao programa brasileiro, essa manifestação fique apenas entre o organismo internacional e o ministro da Fazenda.

O sr. Fernão Bracher, que, por suas atividades anteriores como banqueiro privado e como diretor da área externa do Banco Central, é bem relacionado com os banqueiros estrangeiros, que o respeitam e consideram, poderá explicar-lhes que, politicamente, o Brasil está impossi-

bilitado de firmar um acordo com o FMI, pois tal acordo exigiria um ritmo de atividades mais compassado. Terá ele de conseguir dos bancos um acordo quanto à prorrogação da Fase II da renegociação — a quarta prorrogação —, demonstrando-lhes que o programa econômico do governo da Novíssima República brasileira permite ainda manter a política de ajuste externo, isto é, honrar os compromissos com o Exterior. Acreditamos que será bem-sucedido nessa tarefa.

Não obstante, tal prorrogação representará uma vitória amarga para o Brasil, se não conseguir mais alguma coisa. Com efeito, os bancos credores sabem que nada ganhariam com um rompimento com o Brasil e que esse gesto teria como consequência a sustação das linhas de crédito comerciais e interbancárias. Desse modo, só aumentariam as dificuldades para o Brasil honrar seus compromissos. Por outro lado, os bancos reconhecem que as operações de curto prazo que efetuam com o Brasil, são as mais rentáveis que

podem fazer. Nos limites permitidos pela legislação norte-americana, os bancos estão fazendo provisões com o alto spread que recebem do Brasil para que um dia possam incluir os débitos de nosso país no item das perdas.

Se o Brasil se dispusesse a discutir um programa com o FMI, poderia concertar com os bancos credores um programa plurianual, que o dispensaria da deplorável obrigação de, a cada exercício, pedir esmola aos credores e, o que é mais importante, obteria substancial redução do spread e a eliminação de fees, que o tornam o país mutuário que, na comunidade financeira internacional, paga as taxas de juros mais elevadas. Se o presidente do Banco Central conseguir a prorrogação do acordo por um ano, será já um sucesso; se conseguir a redução dos spreads, será um triunfo. Cabe reconhecer, todavia, que o Brasil está pagando muito por sua independência aparente, que, na verdade, o torna cada vez mais dependente dos credores...